

## Identidade Negra e a Implementação da Lei 10639/03 na Formação de Professores de Química

Antônio C. B. Alvino (IC)\*, Ellen P. L. Souza (PG) e Anna M. C. Benite (PQ) [alvinoufg@gmail.com](mailto:alvinoufg@gmail.com)

Laboratório de Pesquisa em Educação Química e Inclusão LPEQI – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Palavras Chave: *identidade Negra, implementação da Lei 10639/03*

### Introdução

Em 9 de Janeiro de 2003 o ex presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei 10.639/03, alterando a lei que estabelece as diretrizes de base da educação nacional. A implementação da 10.639, que torna obrigatória a inserção de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da escola básica, é fruto de lutas históricas do Movimento Negro e torna-se um instrumento para contemplação da articulação entre reconhecimento cultural e valorização de sua identidade<sup>1,2,3</sup>.

Neste contexto, o desafio de nossa investigação é analisar o discurso pedagógico relativo à implementação da lei 10 639 para o ensino de Química a fim de discutir o processo de produção e desenvolvimento de ações que contribuam para a formação crítica de professores de química. Trata-se de uma investigação que apresenta elementos de uma pesquisa participante. O instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro de entrevista semi-estruturada elaborado segundo os norteadores: conhecimento dos entrevistados sobre a lei 10.639, concepções sobre a temática, conhecimento de ações que operacionalizem a lei e concepções sobre os impactos da lei no âmbito formação de professores de química.

### Resultados e Discussão

Apresentamos aqui, os resultados de entrevistas feitas com quatro professores formadores de instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Goiás (no período de março a novembro de 2011): três coordenadores dos cursos de licenciatura em química (PC1, PC2 e PC3) e um professor formador vice-diretor da química (PCQ). Questionados sobre o conteúdo da lei o discurso dos entrevistados revelou que a desconhecem.

**PC1:** *Conheço mais não a fundo, conheço o teor da lei, sei do que se trata.*

**PC2:** *Não, vim conhecer por vocês.*

**PC3:** *Não tenho conhecimento pelo menos ligando o nome ao teor.*

Quando questionados em relação à sua opinião quanto à inserção da temática nos cursos de formação docente:

**PCQ:** *Eu acredito que sim... Acredito que é uma forma de disseminar tanto a lei, quanto todo conteúdo. Fazer com que as pessoas tenham acesso a isso de uma forma mais clara.*

**PC2:** *Com certeza, por que os professores irão trabalhar com alunos que são provenientes de várias culturas, de várias raças e é importante ter*

*essa formação pra que saiba valorizar isso em cada aluno.*

É interessante observar que apesar de os entrevistados desconhecem a lei, esses enxergam nela uma forma de capacitar os futuros professores para uma educação, que com a globalização, se mostra cada vez mais multicultural, promovendo a inserção desta cultura, que a muito se mostra esquecida.

Apesar de considerarem a importância da lei 10 639 na relação social estabelecida em sala de aula, os entrevistados demonstraram não conseguir estabelecer relação entre o domínio dos conhecimentos da história e cultura afro-brasileira com os conteúdos próprios da química:

**PC2:** *Ah, isso é muito difícil. Muito difícil. Olha é... eu não tenho nenhuma proposta assim (...). Quando você falou de inserir o conteúdo afro-descendente na grade, eu imaginei que seria assim: Uma situação onde o professor tem um aluno negro na sala, e tem uma briga, ou então ele está sendo isolado, e o professor tem de lidar com isso. Eu acho que o professor deve ser preparado para contornar essa situação, mas eu acho que introduzir conteúdo não ajuda muito...*

A fragmentação do conhecimento e a descontextualização disciplinar na área de exatas não favorece a comunicação e o diálogo almejado pela abordagem da temática étnico racial em toda totalidade de disciplinas.

### Conclusões

Práticas pedagógicas precisam estabelecer compromisso em relação à promoção de uma educação étnico-racial à promoção. Nossos resultados revelam os desafios são muitos, mas é preciso revalidar o fazer pedagógico inserido nos desafios das mudanças valores, de lógicas e de representações sobre o outro, principalmente, aquele que fazem parte dos grupos historicamente excluídos da sociedade.

### Agradecimentos

Agradecemos ao CNPQ e a FAPEG pelo fomento concedido ao desenvolvimento desta pesquisa.

<sup>1</sup>CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação.** Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001

<sup>2</sup>PINHEIRO J. S. e SILVA, R. M. G. Mobilização de saberes Docentes no processo de produção de Objetos e aprendizagem que atendem a lei 10639/03, UFPR 2008.

<sup>3</sup>ARANTES, C.M.; ANJOS, M.M.; SOUZA, E.P.L. e BENITE, A.M.C. Políticas Públicas Educacionais: Sobre a lei 10.639 e a formação de professores de ciências. VII Seminário Racismo e Educação, NEAB, UFU, 2011.